

Régis Willyan da Silva Andrade

# Sistema Jurídico Multinível

A inderrogabilidade dos Direitos  
Humanos Fundamentais

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018

# Sumário

1. Introdução .....	1
2. Direitos Fundamentais e Direitos Humanos: um Esclarecimento Conceitual Preliminar .....	5
2.1 Direitos Fundamentais versus Direitos Humanos à luz da evolução his- tórico conceitual .....	5
2.2 Desenvolvimento histórico dos Direitos Fundamentais .....	18
2.3 Da Magna Carta de 1215 à Declaração de Independência e a Carta Política dos Estados Unidos da América .....	24
2.3.1 Modernas declarações de direitos: francesa e americana .....	37
2.3.2 Movimento do constitucionalismo .....	48
2.3.3 Constitucionalismo liberal, social e pós social .....	55
2.4 Desenvolvimento histórico dos direitos humanos .....	63
2.4.1 Pós guerra e o processo de internacionalização dos direitos humanos .....	71
2.4.2 Precedentes históricos – direito humanitário, OIT e Convenção de Genebra .....	83
2.4.3 A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 .....	90
2.5 Do necessário diálogo entre os direitos fundamentais e os direitos humanos: do sistema jurídico multinível .....	100
2.6 Das similitudes e diferenças entre revogação, ab-rogação e derrogação....	110
2.7 Conclusões parciais .....	113
3. A Inderrogabilidade de Direitos na História Constitucional Brasileira .....	117
3.1. Os Direitos Fundamentais na história constitucional brasileira .....	117
3.2 Da Carta Imperial de 1824 à Constituição de 1891 .....	124
3.2.1 Da Constituição de 1934 à Constituição de 1937.....	136

3.2.2 Da Constituição de 1946 e o pós-guerra .....	145
3.2.3 Da Constituição de 1967 à Emenda Constitucional nº01/69.....	154
3.2.4 Da Constituição de 1988 e seu núcleo inderrogável.....	163
3.3 Conclusões parciais .....	174
4. A Inderrogabilidade de Direitos no Direito Comparado Latino-Americano.....	177
4.1 A evolução da inderrogabilidade no direito comparado latino-americano.....	177
4.2 A inderrogabilidade de direitos na Constituição chilena .....	189
4.3 A inderrogabilidade de direitos na Constituição colombiana .....	193
4.4 A inderrogabilidade de direitos na Constituição argentina.....	197
4.5 A inderrogabilidade de direitos na Constituição boliviana .....	200
4.6 Conclusões parciais .....	204
5. A Inderrogabilidade de Direitos nos Sistemas de Proteção Internacional e Regional dos Direitos Humanos.....	207
5.1 A internacionalização da proteção dos direitos humanos pós Segunda Guerra Mundial.....	207
5.2 A inderrogabilidade no sistema global de proteção internacional dos direitos humanos.....	216
5.3 A inderrogabilidade nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos .....	232
5.4 A inderrogabilidade nos sistemas europeu e interamericano de proteção dos direitos humanos .....	239
5.5 A inderrogabilidade nos sistemas africano e asiático de proteção dos direitos humanos .....	259
5.6 Conclusões parciais .....	273

6. A Inderrogabilidade de Direitos na Constituição da República de 1988, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e o Diálogo com os Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos Fundamentais.....	277
6.1 A Constituição da República de 1988 e sua recepção dos Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos .....	277
6.2 A inderrogabilidade de direitos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	299
6.3 O diálogo necessário entre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e os sistemas de proteção dos Direitos Humanos Fundamentais.....	307
6.4 O Tribunal Constitucional Internacional como aplicador do sistema jurídico multinível .....	319
6.5 Conclusões parciais .....	324
Conclusão.....	327
Referências .....	333